

A SUB-REPRESENTAÇÃO DE MULHERES JORNALISTAS E O TRIPLO TETO DE VIDRO DE RAÇA/GÊNERO/CLASSE NAS TVS LEGISLATIVAS ESTADUAIS

The underrepresentation of women journalists and the triple glass ceiling of race/gender/class in State Legislative TV channels

La subrepresentación de mujeres periodistas y el triple techo de cristal de raza/género/clase en los canales de televisión legislativa estatales

Bruna Cunha Mastrella

Pesquisadora autônoma
Brasília - DF, Brasil

brunamastrella@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1972-6920> 

Dione Oliveira Moura

Universidade de Brasília
Brasília - DF, Brasil

dioneoliveiramoura@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2857-3284> 

Liziane Soares Guazina

Universidade de Brasília
Brasília - DF, Brasil

lguazina@unb.br

<https://orcid.org/0000-0002-4765-6918> 

Resumo: Este trabalho aborda a desigualdade de gênero e étnico-racial nas TVs das Assembleias Legislativas Estaduais brasileiras. Com base em estudos sobre o mercado de trabalho jornalístico (Kikuti Dancosky, 2025; Lima et al., 2022; Kikuti; Rocha, 2018), incluindo o conceito de triplo teto de vidro de raça/gênero/classe (Moura, 2018; Moura; Costa, 2018; Moura, 2019) na carreira das mulheres jornalistas negras brasileiras, analisamos os resultados de pesquisa composta por duas etapas: Etapa A (entrevista semiestruturada com 21 dirigentes de TVLs Estaduais) e a Etapa B (survey aplicado a 33 profissionais de TVLs de 15 Estados e do Distrito Federal). Conforme os dados, as mulheres jornalistas dominam numericamente a força de trabalho nestas TVs, mas seguem preteridas em posições de liderança ainda que

tenham maior escolaridade. Embora a ocupação de cargos via concurso público amenize esse cenário ao proporcionar ascensão profissional e melhor remuneração a elas, conclui-se que as TVLs reproduzem a precarização e o teto de vidro na carreira das jornalistas mulheres brasileiras.

Palavras-chave: TVs Legislativas Estaduais; mulheres jornalistas; triplo teto de vidro.

Abstract: This paper addresses gender and ethnoracial inequality within the television channels of Brazilian State Legislative Assemblies. Drawing on studies of the journalistic labor market (Kikuti Dancosky, 2025; Lima et al., 2022; Kikuti; Rocha, 2018), including the concept of the triple glass ceiling of race/gender/class (Moura, 2018; Moura; Costa, 2018; Moura, 2019) in the careers of Black Brazilian women journalists, we analyze the results of a study conducted in two stages: Stage A (semi-structured interviews with 21 directors of State Legislative TV channels) and Stage B (a survey applied to 33 professionals working in Legislative TV channels across 15 Brazilian states and the Federal District). According to the findings, women journalists numerically dominate the workforce in these television channels but remain underrepresented in leadership positions, despite having higher levels of education. Although recruitment through public civil service examinations partially mitigates this scenario by enabling professional advancement and better remuneration, the study concludes that Legislative TV channels reproduce patterns of labor precarization and the glass ceiling in the careers of Brazilian women journalists.

Keywords: State Legislative TV Channels; Women Journalists; Triple Glass Ceiling.

Resumen: Este trabajo aborda la desigualdad de género y étnico-racial en las televisiones de las Asambleas Legislativas Estatales de Brasil. Con base en estudios sobre el mercado laboral periodístico (Kikuti Dancosky, 2025; Lima et al., 2022; Kikuti; Rocha, 2018), incluyendo el concepto de triple techo de cristal de raza/género/clase (Moura, 2018; Moura; Costa, 2018; Moura, 2019) en la trayectoria profesional de las mujeres periodistas negras brasileñas, analizamos los resultados de una investigación compuesta por dos etapas: Etapa A (entrevistas semiestructuradas con 21 directivos de televisiones legislativas estatales) y Etapa B (encuesta aplicada a 33 profesionales de televisiones legislativas de 15 estados brasileños y del Distrito Federal). Según los datos obtenidos, las mujeres periodistas predominan numéricamente en la fuerza laboral de estas televisiones, pero continúan subrepresentadas en posiciones de liderazgo, a pesar de presentar mayores niveles de escolaridad. Aunque el acceso a cargos mediante concursos públicos atenúa parcialmente este escenario al permitir ascenso profesional y mejores remuneraciones, se concluye que las televisiones legislativas reproducen la precarización laboral y el techo de cristal en la carrera de las mujeres periodistas brasileñas.

Palabras-clave: Televisiones Legislativas Estatales; Mujeres Periodistas; Triple Techo de Cristal.

Introdução

Há mais de 30 anos, os parlamentos brasileiros começaram a televisionar suas deliberações. Desde então, essa prática vem se consolidando como um importante mecanismo de transparência e *accountability* da atuação de parlamentares em assembleias legislativas, câmaras municipais e também no Congresso Nacional. Cada vez mais essas emissoras têm ido além da função de transmitir os trabalhos legislativos em tempo real ao produzir uma programação jornalística bastante diversificada. Por essa razão, jornalistas se tornaram profissionais numerosos nas TVLs.

As emissoras legislativas foram instituídas pela Lei do Cabo (Lei Federal nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995). Elas compõem, portanto, os serviços de radiodifusão pública de sons e imagens, de recepção livre e gratuita, explorados diretamente pela União ou por ela outorgados com base no princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal (Brasil, 1995). O Brasil se tornou pioneiro nessa modalidade de TV na América

Latina após a inauguração, em novembro de 1995, da TV da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, seguida pela TV do Senado Federal, que começou suas atividades em caráter experimental em fevereiro de 1996.

As emissoras parlamentares são uma experiência consolidada em mais de uma centena de países de todos os continentes. Estudos que abordam as razões para a criação destes canais mostram bastante convergência de ideais mesmo entre países com culturas e até regimes políticos distintos (Crain; Goff, 1988; Mixon et al, 2002; Renault, 2004; Molina, 2019; Vieira, 2019; Carvalho, 2020). Estão entre estes ideais o desejo de estabelecer um canal de comunicação direto com a sociedade para além do período eleitoral, dar mais visibilidade às atividades parlamentares, ampliar a transparência e publicidade dos atos oficiais e fazer um contraponto aos enquadramentos da imprensa tradicional. Na experiência brasileira, diversos estudos, no que pese reconhecerem os avanços do setor, atestam a necessidade de ampliação dos mecanismos de transparência nas TVLs Estaduais (Melo, 2014), assim como o papel de tais emissoras quanto à dimensão da comunicação pública (Souza, 2021; Pereira, 2022).

Por outro lado, as formas como esses canais funcionam e se estruturam se diferenciam. Segundo levantamento de Molina (2019)¹, mais de metade dos parlamentos têm suas atividades televisionadas por emissoras públicas independentes, como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Alemanha, enquanto outros 46% transmitem suas atividades via canais pertencentes ao próprio Poder Legislativo, como Brasil, Portugal, Nova Zelândia, Grécia, França e México. No caso brasileiro, a administração das TVLs costuma ser feita pela própria Casa de Leis, terceirizada para a iniciativa privada ou assumida por fundações públicas. Além dos aspectos operacionais e editoriais, essa gestão impõe a organização das equipes de trabalho.

A composição das equipes jornalísticas das TVLs é justamente o tema desta investigação, que traz os resultados de um mapeamento sobre o perfil profissional dos(as) jornalistas das TVs Legislativas Estaduais brasileiras². O objetivo é compreender **se e como** as variáveis gênero, raça e classe atuam enquanto um teto de vidro na carreira das jornalistas mulheres e também **se e como** influenciam a distribuição dos cargos de chefia das TVLs. Trata-se de uma pesquisa empírica que combina entrevistas estruturadas feitas

¹ O mapeamento considerou somente parlamentos ligados à *Inter-Parliamentary Union* (IPU), organização global sem fins lucrativos que reúne 180 parlamentos de 193 países, incluindo o Brasil.

² Esta pesquisa apresenta um recorte da tese de doutorado da primeira autora, intitulada *Parlamentos subnacionais em tempos de extrema direita: um estudo sobre as TVs Legislativas Estaduais*, defendida no dia 23 de fevereiro de 2026 no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília.

entre abril e junho de 2023, e posteriormente atualizadas no decorrer do ano de 2025 com 21 chefias de emissoras (Etapa A) e um questionário online aplicado a 33 jornalistas de 15 TVLs Estaduais e do DF entre os meses de maio e julho de 2025 (Etapa B).

Trazemos, também, pesquisas sobre o mercado de trabalho jornalístico brasileiro *pari passu* com perspectivas de gênero nas ciências sociais e no jornalismo (Mick; Lima, 2012; Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015; Martinez; Lago; Lago, 2016; Pontes, 2017; Kikuti; Rocha, 2018; Dancosky; Mick; Rocha, 2022; Martinez; Lago; Heidemann, 2022), agregadas ao conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 1989).

Justifica-se esta investigação como um meio de ampliar a compreensão da feminilização do jornalismo brasileiro – fenômeno caracterizado como o processo de aumento de mulheres em determinada profissão (Yannoulas, 2012). Esta pesquisa apresenta evidências de que apesar de as mulheres serem a mão de obra jornalística mais numerosa das TVLs Estaduais, elas enfrentam mais barreiras horizontais e verticais (teto de vidro) para alcançar os cargos de chefias, principalmente as jornalistas negras (triplo teto de vidro).

Percurso metodológico

Esta pesquisa combina duas etapas empíricas: 1) Etapa A - entrevistas estruturadas feitas entre abril e junho de 2023 com as chefias das TVLs Estaduais, posteriormente atualizadas no decorrer de 2025, e complementadas com pesquisa documental; e 2) Etapa B - survey online aplicado entre maio e julho de 2025 aos/às jornalistas das TVLs. As entrevistas estruturadas da Etapa A permitiram mapear os modelos de gestão das TVLs Estaduais, estimar o número de jornalistas e suas respectivas categorias funcionais exercidas nas emissoras. Já a Etapa B possibilitou a coleta de dados sociodemográficos, sobre trabalho e carreira do grupo-alvo. Estes instrumentos se complementaram no intuito de fornecer um quadro atualizado do funcionamento das TVLs Estaduais e de compreender como as formas de organização, além das variáveis gênero, raça e classe impactam a composição das equipes profissionais.

Para cumprirmos a Etapa A, fizemos contato com gerentes, diretores (as), chefias das TVLs e, em alguns casos, secretários (as)/superintendentes de comunicação das Assembleias Legislativas (AL). Isso foi feito por meio de três estratégias: 1) busca por nos sites e portais da transparência das ALs; 2) contatos repassados às pesquisadoras pela

Rede Legislativa de TV Digital³; 3) contato por telefone diretamente com a AL quando as duas primeiras tentativas não produziam resultados. Ao fim, foi possível fazer contato com representantes de todas as 26 TVLs estaduais e da TV Câmara Distrital (DF), sendo que 21 desses se dispuseram a colaborar com a pesquisa. O contato foi feito principalmente por *WhatsApp*, além de e-mail e telefone fixo.

As entrevistas estruturadas (Etapa A) continham sete perguntas pré-determinadas relacionadas ao funcionamento das emissoras, mas apenas três delas serão trabalhadas neste artigo: 1) número de jornalistas, 2) tipo de categoria funcional (se efetivos, comissionados, terceirizados etc), 3) modelo de gestão. Outros dados sobre os perfis e atuação dos(as) jornalistas foram colhidos por meio de questionário *online* (Etapa B).

As chefias das TVLs que participaram da Etapa A da pesquisa se tornaram uma ponte para acessar o público-alvo do *survey*. A princípio, esse foi o recurso encontrado para acessar simultaneamente toda a população-alvo e, assim, possibilitar que todos(as) tivessem as mesmas chances de responder ao questionário, o que produziria uma amostra probabilística do grupo de jornalistas das TVLs (Gramacho, 2023). Contudo, das 27 chefias contatadas, nem todas se dispuseram a encaminhar o questionário aos(às) profissionais de suas equipes. Por essa razão, complementamos a formação da amostra por meio de uma busca ativa por profissionais e também usando a técnica bola de neve⁴, por meio da qual abordamos diretamente o grupo de interesse.

Os(as) jornalistas foram contatados(as) por meio de redes sociais, como o *LinkedIn* e *Instagram*, recrutados com o auxílio de integrantes do grupo da Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública) no *WhatsApp*, ou por contatos repassados pela Associação Brasileira de TVs e Rádios Legislativas (Astral). O questionário obteve 33 respostas válidas de jornalistas de TVLs de 15 Estados e do Distrito Federal. Em alguns casos, mais de um profissional de uma mesma emissora respondeu às questões. Dessa forma, foi possível obter uma amostra não-probabilística dada a dificuldade de acessar os jornalistas de todas as TVLs Legislativas simultaneamente.

³ A Rede Legislativa de TV Digital, ligada à Câmara dos Deputados, reúne atualmente 74 emissoras, incluindo TVs das Assembleias Legislativas e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, além de algumas Câmaras Municipais.

⁴ Vinuto (2014) explica que a amostragem bola de neve é útil para estudar populações sobre as quais não há precisão de seu tamanho, quando há poucos membros dispersos em uma área muito grande e quando não há meios de garantir que todos(as) tenham as mesmas chances de serem abordados(as).

Processo de feminização do jornalismo brasileiro

O êxito e a velocidade com que as Assembleias Legislativas estruturaram as próprias emissoras se refletem no cumprimento da função precípua delas: a transmissão ao vivo das sessões plenárias e demais deliberações, o que deu mais visibilidade às rotinas dos trabalhos legislativos. Atualmente, os 26 Estados e o Distrito Federal possuem as próprias TVLs, o que permitiu ir além da simples obediência ao princípio da publicidade dos atos oficiais e, com o passar do tempo, a produção jornalística assumiu o protagonismo no papel de apresentar conteúdos informativos dos legislativos (Golembiewski; Flores, 2021).

As redações das emissoras parlamentares, incluindo funções e rotinas produtivas, se assemelham às rotinas padrões do jornalismo. Como uma mídia da fonte (Sant'Anna, 2009), elas incorporam os formatos e o saber-fazer do jornalismo, mas flexibilizando enquadramentos e critérios de noticiabilidade. A notoriedade, por exemplo, é um valor-notícia relativizado, pois ofertar espaço equânime às diferentes alas político-ideológicas de um parlamento, mesmo as minoritárias, é prática mandatária, ao contrário das emissoras comerciais, que hipervalorizam líderes de bancadas e de governo, presidentes de ALs ou parlamentares mais polêmicos.

Embora as atividades legislativas sejam o foco preferencial da programação, temas variados e que mobilizam os debates públicos compõem o noticiário das TVLs. Assim, o conteúdo dessas emissoras pode ser considerado híbrido porquanto combina aspectos institucionais, princípios da comunicação pública, como transparência e *accountability*, e questões gerais não necessariamente relacionadas ao Poder Legislativo. Ainda com o hibridismo da comunicação pública, a literatura do segmento (Sant'Anna, 2009; Bernardes, 2015; Golembiewski; Flores, 2021; Carvalho, 2020) classifica como jornalística a produção noticiosa de emissoras parlamentares.

Para Adghirni (2012; 2015), o deslocamento de jornalistas da imprensa tradicional em direção às assessorias de comunicação e mídias institucionais públicas e privadas, como é o caso das TVLs, é consequência das mudanças estruturais que atingem o jornalismo brasileiro. Entre essas mudanças estão o advento da internet e a informatização das redações, que se unem a outros fatores bastante impactantes, como o esgotamento do modelo tradicional de negócios das empresas jornalísticas, a perda do monopólio informacional da imprensa e os arranhões à sua credibilidade enquanto instituição.

O resultado dessas transformações, e que tornam o ofício cada vez mais insalubre, é a redução de postos de trabalho, fragilização dos vínculos empregatícios, diminuição salarial e adoecimento mais frequente de trabalhadores(as). Mulheres e jovens têm sido os

grupos mais vulneráveis da profissão (Lelo, 2019; Mick; Kikuti, 2020; Lima *et al*, 2022; Kikuti Dancosky, 2025). Como será visto na próxima seção, as mulheres jornalistas representam mais da metade dos trabalhadores das TVLs Estaduais. Embora a amostra aqui analisada não seja generalizável a todos os canais legislativos, ela reflete com precisão o processo de feminilização do jornalismo brasileiro.

Ao fazerem um recorte de gênero para comparar a trajetória de profissionais do segmento em 2012 e, mais tarde, em 2017, Kikuti e Rocha (2018) notaram uma evasão significativa de mulheres jornalistas de veículos de mídia tradicionais e até mesmo da profissão. Esse contingente geralmente passa a trabalhar em assessorias de imprensa, na docência, marketing de conteúdo e comunicação corporativa. A segunda edição do Perfil do Jornalista Brasileiro - PJB (Lima *et al.*, 2022) complementa a compreensão sobre esse cenário ao identificar que dos trabalhadores empregados fora da mídia convencional, 38,7% migraram para o serviço público, sendo que a maioria está na esfera estadual (14,8%). Destes, 6,9% disseram trabalhar no Poder Legislativo.

Ao analisar certas singularidades sobre a inserção e a permanência de mulheres no mercado de trabalho, Yannoulas (2012) introduziu os conceitos de feminilização e feminização. Enquanto o primeiro significa o aumento numérico de mulheres em determinada ocupação ou profissão, o segundo indica a transformação de aspectos simbólicos e qualitativos, o que, na prática, significa a precarização das condições de trabalho. Embora feminização seja um termo polissêmico, a autora observa a predominância de um entendimento negativo sobre ele entre as pesquisas que abordam o avanço da presença feminina em algumas ocupações. Por essa razão, ela conclui que “com o ingresso massivo de mulheres, diminuem as remunerações, a qualificação profissional sofre um processo de desqualificação, e a atividade perde prestígio social” (Yannoulas, 2012, p. 39).

Enquanto atividade profissional, o jornalismo exemplifica bem a conjugação dos conceitos propostos por Yannoulas (2012), pois as mulheres são maioria nesse campo, trabalham tanto quanto os homens, mas recebem menos que eles, ocupam menos cargos de chefia e direção, relatam mais episódios de assédio moral e sexual e permanecem menos tempo nos empregos, especialmente nos veículos de mídia tradicionais, como jornais e emissoras de TV (Kikuti; Rocha, 2018).

O trabalho de Veiga (2014) identifica o quanto até mesmo a escolha profissional está pautada pelas condições de gênero. Inúmeros estudos, como os de Rocha (2002), Koshyama e Reimberg (2018), Woitowicz e Rocha (2018), Kikuti Dancosky (2025), dentre

outros(as), enumeram situações múltiplas de desigualdades e barreiras na carreira de mulheres jornalistas brasileiras – barreiras advindas de fatores de gênero. E a série Perfil do Jornalista Brasileiro - PJB (Mick; Lima, 2013; Lima *et al.*, 2022) vem continuamente expondo essas barreiras horizontais (menores salários e chefias) e verticais (menor ocupação de postos de visibilidade ou de áreas específicas do jornalismo) para as mulheres jornalistas no Brasil.

Tendo em vista os aspectos substantivos associados à feminilização, o conceito também tem sido tensionado por questões étnico-raciais. Isso significa que as jornalistas negras são submetidas a condições de trabalho ainda mais desiguais do que as jornalistas não negras. Estudos internacionais, como o de Kirton (2018), apontam a necessidade de observarmos as carreiras das mulheres profissionais do denominado grupo BAME (acrônimo das palavras *Black, Asian and Minority Ethnic*) como expostos a uma dupla exclusão, conforme proposto por Cockburn (1996). A explicação das causas desse fenômeno exige, por um lado, compreender que há uma interseccionalidade entre raça, gênero e classe, e, por outro, reconhecer a validade e a historicidade de cada uma dessas dimensões.

O conceito de gênero é, ainda, propulsor da perspectiva de interseccionalidade, considerando-se que a dimensão de gênero, quando surgiu, até então não era sequer reconhecida nas ciências sociais e humanas (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015). É partindo dessas constatações, e dos conceitos de interseccionalidade proposto por Crenshaw (1989; 2002) e, de certa forma, por Lélia Gonzalez (2018), e de teto de vidro (Le Quentrec, 2013), que desenvolvemos nosso estudo.

O conceito de teto de vidro, originalmente glass ceiling, definido por estudos como de Cotter et al. (2001), Berheide (2013) e Le Quentrec (2013) como uma barreira quase invisível, mas presente, é mais uma das metáforas arquitetônicas empregadas no estudo de carreiras profissionais. Segundo a revisão de Purcell, MacArthur e Samblanet (2010), a maior parte dos estudos sobre teto de vidro dedicam-se mais aos tópicos raça e gênero e menos à interseccionalidade de raça, gênero e classe. Na perspectiva aqui apresentada, o teto de vidro é observado desde uma perspectiva interseccional, no entrecruzamento de condições às quais as mulheres negras são historicamente submetidas e que tornam singulares suas experiências no mundo do trabalho.

Avançar na identificação do conceito do triplo teto vidro de gênero/raça/classe tem o objetivo de dar visibilidade e compreender que questões resultantes da sócio-história da mulher negra brasileira se refletem acentuadamente nas relações de trabalho e que, por

fim, o teto de vidro para jornalistas negras brasileiras não possui uma única camada, mas, minimamente, uma tripla camada por interseccionar gênero/raça/classe (Moura, 2018; Moura; Costa, 2018; Moura, 2019, Oliveira, 2024; Teles; Moura, 2024).

Todas essas barreiras, embora sejam invisíveis (ninguém “vê” um teto de vidro, que é uma barreira vertical, pois o vidro é transparente), tornam-se visíveis quando se materializam nos dados estatísticos: estudos como os do Perfil do Jornalista Brasileiro - PJB (Mick; Lima, 2013; Lima *et al.*, 2022) comprovam, em intervalo de uma década, que as mulheres jornalistas, sobretudo as negras brasileiras, possuem menor faixa de renda e ocupam menos cargos de chefia. Essas constatações, ancoradas em evidências quantitativas, fundamentam a ideia de que mulheres são submetidas a barreiras horizontais e verticais.

Apresentação e discussão dos resultados

Antes de adentrar os dados do *survey* (Etapa B) que trazem informações sociodemográficas e sobre trabalho e carreira dos(as) jornalistas legislativos(as), convém apresentar um breve panorama do funcionamento atual das TVLs Estaduais. Reforçando os achados das pesquisas de Jardim (2008) e Melo (2014), foram detectados três diferentes tipos de modelo de administração desses canais: independente (gestão feita por meio de fundações públicas), terceirizado (bens e serviços, gestão de mão de obra, são repassados parcial ou totalmente a empresas privadas contratadas após licitação) e institucional (gestão feita exclusivamente pela Assembleia Legislativa).

A gestão administrativa terceirizada predomina (11), seguida pela gestão institucional (nove), ao passo que cinco emissoras são geridas por fundações públicas: TV Alba (Fundação Paulo Jackson), TV Assembleia/ALRN (Fundação Djalma Marinho), TV Alepi (Fundação Deputado Humberto Reis da Silveira), a TV Alepa (Fundação Rádio e Televisão Assembleia Legislativa do Pará – FRTPA) e a TV Alesp (Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação – Fundac).

Identificar os modelos de gestão não significa apenas categorizá-los conforme suas características e diferenças. Eles dão indícios sobre os arranjos trabalhistas e as condições laborais dos(as) jornalistas. Conforme os dados que levantamos durante as entrevistas estruturadas, foi possível estimar que 570 jornalistas trabalham atualmente nas TVLs Estaduais sob diferentes arranjos: há 114 profissionais terceirizados, 126 jornalistas que ocupam cargo em comissão, 116 são concursados(as) e 22 são temporários(as). Somados, profissionais não-efetivos(as) representam 69,31% do total.

Os diferentes tipos de arranjo trabalhista são um indicativo do grau de estabilidade, renda e seguridade social desses(as) profissionais. Terceirizados(as) são diretamente contratados(as) por empresas terceirizadas, estão submetidos à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e a médias salariais do mercado jornalístico local. Cargos em comissão têm assegurados os direitos trabalhistas fundamentais (férias remuneradas, 13º salário, contribuições ao INSS, licença maternidade/paternidade), mas apesar de serem agentes públicos, ocupam uma posição transitória uma vez que um cargo em comissão é de livre provimento e exoneração.

Já os temporários estão submetidos ao Regime Especial de Direito Administrativo (Reda), que trata da contratação temporária de trabalhadores sem concurso público em caso de excepcional interesse público. Ao menos em tese, eles(as) têm ainda menos seguridade social, pois até mesmo os direitos trabalhistas fundamentais dependem de previsão contratual; não têm estabilidade e verbas rescisórias. Já trabalhadores(as) efetivo(as) são aprovados(as) em concurso público e, portanto, possuem vínculo permanente com a administração pública, desfrutam de estabilidade, melhores salários, direitos previdenciários e maiores níveis de seguridade social, além de benefícios como licenças remuneradas para estudo.

Com base nesses comparativos, infere-se que a grande maioria dos(as) jornalistas das TVLs Estaduais está submetida a condições de trabalho mais instáveis, frágeis e, em alguns casos, mais precárias. Essas informações adquirem outro entendimento quando cruzadas com os dados obtidos pelo survey e analisadas com base nas variáveis gênero, raça e classe – assuntos das seções seguintes.

As dinâmicas de gênero, raça e classe entre jornalistas legislativos

Das 33 respostas válidas obtidas pelo questionário *online*, a maior parte veio da região Nordeste:

Tabela 1 - Distribuição geográfica dos(as) respondentes

Estado	Frequência	%
Bahia	1	3%
Ceará	2	6%
Distrito Federal	2	6%
Goiás	2	6%
Minas Gerais	2	6%

Pernambuco	3	9,1%
Piauí	2	6%
Rio Grande do Norte	2	6%
Rio Grande do Sul	4	12,1%
Roraima	1	3%
Santa Catarina	1	3%
Sergipe	4	12,1%
São Paulo	1	3%
Tocantins	6	18,2%
Total	33	100%

Fonte: elaboração própria

Esses(as) profissionais têm predominantemente entre 31 e 40 anos (30%), seguida das faixas 41 a 50 anos (24,2%) e 51 a 60 anos (21,2%). A participação de profissionais com 61 anos ou mais corresponde a 15,2%, enquanto a faixa de 23 a 30 anos a apresenta menor frequência (9,1%). A amostra, portanto, tem um perfil majoritariamente composto por profissionais em etapas mais consolidadas de carreira. Em termos de gênero, as mulheres são 60% da força de trabalho.

Ao todo, 48,5% se consideram pessoas pardas, enquanto 45,5% se dizem brancas e 6,1% se consideram pretas. Entre pretos e pardos, 12,1% se declaram pessoas negras. Esse resultado é particularmente significativo porque a fase exploratória desta pesquisa retornou dados opostos. Conforme o questionário aplicado ainda em 2023, 60% dos(as) respondentes eram brancos e a maior parte das respostas vieram da região Sudeste, onde a população branca é majoritária. Essa diferença trouxe diferenças marcantes em relação à fase inicial da pesquisa, o que será discutido mais adiante.

Apesar da amostra reduzida, os dados sociodemográficos revelam bastante correspondência com o atual perfil dos(as) jornalistas no Brasil (Lima *et al*, 2022) com exceção da questão étnico-racial, pois jornalistas brancas são majoritárias na categoria. Ainda dentro dos dados sociodemográficos, buscamos medir a variação da remuneração bruta mensal dos(as) jornalistas:

Tabela 2 - Faixas salariais dos(as) respondentes

Remuneração mensal bruta	Frequência	%
Até R\$ 1.412,00	0	0
De R\$ 1.412,00 a R\$ 2.824,00	4	12,1
De R\$ 2.824,00 a R\$ 4.236,00	7	21,2
De R\$ 4.236,00 a R\$ 5.648,00	4	12,1
De R\$ 5.648,00 a R\$ 7.060,00	6	18,2
De R\$ 7.060,00 a R\$ 11.300,00	1	3
De R\$ 11.300,00 a R\$ 22.600,00	6	18,2
Acima de R\$ 22.600,00	5	15,2
Total	33	100

Fonte: elaboração própria

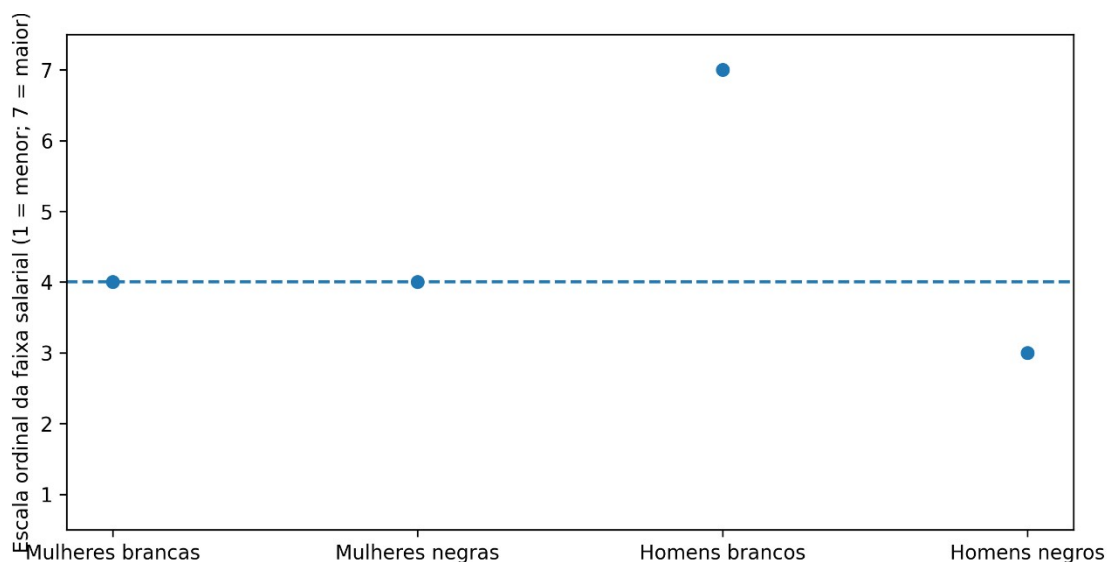
Quando cruzamos renda com a variável gênero, algumas diferenças começam a ser delineadas na nossa amostragem, pois a média salarial das mulheres é de R\$ 9.808,60 e a dos homens é um pouco maior: R\$ 10.060,15. Contudo, como as respostas são bem heterogêneas, pois há tanto faixas salariais baixas (um salário mínimo) quanto altas (mais de 15 salários mínimos), optamos por calcular as medianas de cada faixa⁵. Nesse caso, o resultado se inverte: a faixa salarial mediana das mulheres varia de R\$ 5.648,00 a R\$ 7.060,00, enquanto a dos homens varia entre R\$ 4.236,00 a R\$ 5.648,00. A renda feminina geralmente se distribui nas faixas intermediárias, enquanto a renda masculina se concentra mais nas faixas de extremidade – tanto dos menores quanto dos maiores salários.

Ao cruzarmos esses dados com a variável étnico-racial, algumas discrepâncias ficam evidentes. De modo geral, jornalistas brancos(as), sejam homens ou mulheres, têm faixa salarial mediana de R\$ 5.648,00 a R\$ 7.060,00 enquanto pessoas negras, de R\$ 4.236,00 a R\$ 5.648,00. Além disso, proporcionalmente, 40% dos(as) respondentes brancos estão nas faixas de topo salarial, enquanto 27,8% dos(as) negros(as) ocupam a mesma posição. O inverso também é verdadeiro, pois enquanto 38,9% das pessoas negras estão nas duas faixas de salários mais baixos, a proporção de brancos(as) nesse lugar é

⁵ Para exemplificar esse cálculo, a mediana da faixa salarial R\$ 11.300 a R\$ 22.600 seria aproximadamente R\$ 16.950, enquanto o ponto médio da faixa R\$ 5.648 a R\$ 7.060 seria R\$ 6.354.

de 26,7% dos brancos. Entretanto, analisando as diferenças raciais, homens negros são os mais penalizados:

Gráfico 1 - Faixa salarial mediana por grupo racial



Fonte: elaboração própria

Conforme o gráfico, tanto mulheres brancas quanto mulheres negras estão situadas no nível 4 (eixo y – vertical), cuja linha tracejada indica o ponto médio entre todas as faixas salariais, equivalente a uma remuneração média de R\$ 5.648–7.060. Já homens negros aparecem na faixa 3 enquanto os brancos, na faixa 7, o mais alto nível de remuneração. O gráfico evidencia o fato de que 60% do contingente masculino, sobretudo homens brancos, está no topo salarial. Em termos proporcionais, há mais homens concentrados entre quem recebe acima de R\$ 22.600,00 do que mulheres. Nesse sentido, a hierarquia salarial não se organiza primariamente por gênero, pois a clivagem racial é mais evidente. A inclusão de outras variáveis à análise, contudo, complexifica algumas destas conclusões.

Todos(as) os(as) respondentes têm ensino superior, a maioria em jornalismo⁶, sendo que 42,4% são apenas graduados e 57,6% também cursaram alguma pós-graduação. Desse contingente de pós-graduados, 65% são mulheres (40% têm

⁶ Para a construção da amostra do survey, consideramos como respostas válidas pessoas sem formação acadêmica em jornalismo, pois não há mais obrigatoriedade de diploma na área para o exercício profissional.

especialização e 25% são mestras) e 46% são homens (30,8% têm títulos de especialista e 15,4% são mestres). Mulheres, portanto, são proporcionalmente mais escolarizadas que homens embora isso não se reflita de forma uniforme na hierarquia salarial. Esse resultado se alinha a outras pesquisas sobre carreira jornalística (Kikuti; Rocha, 2018; Pontes, 2017) que constataram que mulheres realmente têm grau de qualificação profissional maior que homens, o que nem sempre se traduz em remuneração melhor.

Como as categorias funcionais influenciam a renda

Para avançar a compreensão sobre como a estrutura remuneratória se forma nas emissoras legislativas, analisamos o binômio categoria funcional x renda.

Tabela 3 - Faixa salarial por categoria funcional

Categoria funcional	Faixa salarial mediana
Efetivos(as)	R\$ 11.300–22.600
Terceirizados(as)	R\$ 4.236–5.648
Comissionados(as)	R\$ 2.824–4.236

Fonte: elaboração própria

Conforme a Tabela 3, efetivos(as) estão de duas a três faixas acima das demais categorias. A mesma hierarquia funcional se repete se considerarmos apenas as faixas salariais mais altas (de R\$ 11.300,00 a R\$ 22.600 e acima de R\$ 22.600). Enquanto efetivos(as) representam 80% do contingente de profissionais nestas faixas, 22% são comissionados e apenas 7,7% são terceirizados. Em termos raciais, 60% dos cargos efetivos são ocupados por brancos e o restante, por pardos e pretos.

Um dos aspectos de maior complexidade nesse ponto é que mulheres, incluindo as pardas, são 60% do grupo de servidores efetivos da amostra. Contudo, elas também são maioria (69%) nos cargos terceirizados e temporários – categorias precarizadas –, enquanto homens negros são maioria entre comissionados. Esses dados mostram uma realidade aparentemente paradoxal: mulheres lideram numericamente tanto o grupo de concursados(as), embora não estejam no topo salarial como os homens brancos, como também são maioria entre terceirizados. A mediana salarial desse grupo estratificado por raça exemplifica essa constatação. Mulheres brancas terceirizadas recebem a maior

remuneração desta categoria (R\$ 5.648–7.060), seguidas por homens negros (R\$ 4.236–5.648) e, por fim, mulheres negras (R\$ 2.824–4.236), situadas na menor faixa salarial.

Esses achados demonstram a assimetria salarial entre homens e mulheres no mundo do jornalismo – condição que reflete a feminização do segmento e que vem sendo reiteradamente demonstrada por outras pesquisas (Pontes, 2017; Kikuti; Rocha, 2018; Kikuti Dancosky, 2025). Ainda no âmbito do serviço público, resultado semelhante foi detectado por Teles e Moura (2024) ao examinarem os padrões raciais e de gênero na ocupação de cargos do setor de comunicação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no Brasil. Além de representarem apenas 29% do contingente feminino, as mulheres negras têm remunerações menores que as brancas.

A interpretação que fazemos é que o concurso público é um importante mecanismo de ascensão e de aumento significativo de renda para jornalistas legislativos(as). Contudo, para as mulheres é um fator ainda mais determinante na redução do teto de vidro somado à busca por maior qualificação acadêmica, sobretudo para mulheres negras. Em outras palavras, ainda que elas acessem faixas salariais melhores sendo terceirizadas ou comissionadas, é como concursadas e com mais escolaridade que esse ganho é conquistado.

Entre os homens jornalistas, o concurso público também proporciona rendimentos maiores, mas são ganhos também registrados entre aqueles empregados sob outros regimes trabalhistas em uma proporção maior que entre as mulheres. Isso não quer dizer que a desigualdade racial não impacte a carreira de homens jornalistas, pois os menores salários registrados pelo *survey* são pagos a homens autodeclarados como pardos e pretos que ocupam cargos comissionados têm menor escolaridade. Entendemos, porém, que embora a questão racial seja um elemento dificultador, aparentemente não é uma barreira tão grande quanto o é para mulheres negras. Isso explica porque homens, principalmente brancos, proporcionalmente acessam faixas salariais altas mais facilmente ainda que não sejam concursados e tenham menos escolaridade.

Embora as seleções para concursos públicos na área da comunicação estejam cada vez mais concorridas, esse desafio aparentemente se mostra um obstáculo menor para mulheres do que outras barreiras da profissão, como as de gênero, as raciais, econômicas, sociais e culturais. Essa realidade dialoga diretamente com estudos que analisam os movimentos de carreira dos jornalistas brasileiros e que cada vez mais evidenciam como as desigualdades que estruturam a sociedade brasileira são reproduzidas pelo mundo do trabalho (Dancosky; Mick; Rocha, 2022).

Diante desses números, infere-se que as jornalistas legislativas, especialmente as negras, vivem condições desiguais de trabalho nas TVLs em relação aos colegas homens, pois necessitam de um esforço maior para acessar as posições mais confortáveis. Nem sempre o maior grau de escolaridade quebra as barreiras de gênero. Endossamos, assim, a constatação de que o mercado jornalístico, mesmo em mídias públicas como as TVLs Estaduais, mantém a hegemonia masculina:

A resposta reside no fato histórico de que a feminilização não produziu equidade na divisão sexual do trabalho no jornalismo brasileiro, caracterizando o processo de feminização pela reiteração das desigualdades de gênero, tendo a masculinização continuado a produzir seus efeitos em quatro dimensões da vida profissional: a) a divisão sexual do trabalho; b) as culturas organizacionais; c) as culturas profissionais; d) as rotinas produtivas (Lelo, 2019). O vínculo entre feminilização e precarização do trabalho está longe de ser uma exclusividade do jornalismo, mas nele a persistência da masculinização estrutura as assimetrias de gênero nas trajetórias profissionais das jornalistas. (Dancosky; Mick; Rocha, 2022, p.10).

A permanência na profissão via concurso público é um fator crucial de redução do teto de vidro para as mulheres porque, ao menos nos limites de nossa amostra, os resultados mostram que a posição funcional é a variável mais decisiva para melhorar a renda das jornalistas. Por outro lado, essa redução é parcial, pois não é suficiente para eliminar todas as barreiras verticais impostas a elas, o que será demonstrado na seção seguinte.

Padrões de ocupação dos cargos de chefia

O *survey* também coletou dados sobre carreira, como funções exercidas e ocupação de posições de liderança. Ao todo, 63,5% dos(as) respondentes disseram ocupar ou já terem ocupado chefias/diretorias em uma TVL. Entre os homens, 77,5% já chefiaram equipes, sendo que 40% deles são brancos e 37,5%, negros. Já entre as mulheres, 50% exerceram função semelhante, mas detectou-se uma inversão racial em relação ao padrão masculino: 30% das mulheres negras já chefiaram equipes contra 20% das mulheres brancas.

Atribuímos esse resultado ao fato de que a maior parte das respostas ao *survey* veio do Nordeste, região com predominância de pessoas pretas e pardas (IBGE, 2023). Uma amostra maior e com mais respondentes das regiões Sul e Sudeste muito provavelmente alteraria esse resultado, o que de fato aconteceu com os resultados de

survey exploratório que aplicamos em 2023. Além das respostas ao questionário, as entrevistas estruturadas também confirmam o mesmo cenário desigual. Das 26 diretorias das TVLs Estaduais e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, 66% são atualmente comandadas por homens.

A assimetria de gênero verificada no exercício de chefias nas TVLs ilustra as barreiras verticais na carreira das mulheres jornalistas brasileiras – fenômeno que compõe o conceito de teto de vidro abordado nesta investigação. Ele expõe a chamada concentração vertical, observada quando “a proporção de um sexo é muito alta em um ponto da hierarquia e muito baixa em outro, dentro da mesma área, carreira ou profissão” (Damian-Gallard *et al*, 2023, p.4). O oposto, a concentração horizontal, que é o registro proporcionalmente maior de um dos sexos em certas ocupações ou áreas profissionais, também está presente neste estudo tendo em visto que mulheres representam 60% dos(as) jornalistas das TVLs Estaduais.

Assim, há uma desproporção na ocupação de posições de poder se considerarmos o número de mulheres jornalistas nas TVLs Estaduais – fato já demonstrado por outros levantamentos (Mick; Lima, 2013; Lelo, 2019). Essa dinâmica exemplifica, ainda, a participação de mulheres jornalistas em chefias intermediárias, o que, no fim das contas, segundo Rocha (2021), mantém a preponderância de homens jornalistas nas posições de maior hierarquia. Além disso, o resultado mostra que o maior capital educacional feminino não se traduz integralmente em poder organizacional.

Um dos blocos do *survey* buscou medir a percepção dos respondentes quanto à distribuição/ocupação dos cargos de chefias por gênero e perfil étnico-racial nos canais legislativos. A maioria (57,6%) disse notar que há um equilíbrio de gênero na ocupação dos cargos mais altos enquanto 24,2% aponta que homens predominam nestes cargos, e o restante (15%) afirma que mulheres lideram estas posições. Em termos raciais, os resultados são bem mais taxativos: 72,7% afirmam que pessoas brancas são maioria nas chefias, enquanto 18,2% dizem notar um equilíbrio étnico-racial e 9,1% disseram não saber o perfil de ocupantes destes cargos.

Enquanto em termos raciais as respostas mostram mais acurácia, o conjunto das percepções pessoais dos(as) respondentes em relação a gênero revelaram um descompasso com a realidade empírica medida por nosso estudo. Ou seja, mais da metade dos respondentes afirmaram que os cargos de chefia são ocupados igualmente entre homens e mulheres ainda que não haja evidência quantitativa disso. Uma interpretação possível diante desse desencontro é que há uma naturalização da desigualdade de gênero

no mundo do trabalho jornalístico a ponto de o fenômeno não ser sequer notado inclusive por mulheres.

Considerações finais

Este artigo trouxe dados que pretenderam desvendar o perfil sociodemográfico e profissional dos jornalistas que trabalham nas TVLs Estaduais por meio da observação de se e como as variáveis gênero/raça/classe atuam enquanto um teto de vidro na carreira das jornalistas mulheres e também se e como influenciam os fatores de gênero/raça/classe a distribuição dos cargos de chefia. A combinação entre entrevistas estruturadas com 21 chefias dessas emissoras e os dados obtidos por um questionário *online* aplicado a 33 profissionais de 15 estados permitiu desenhar um panorama atual, ainda que não exaustivo, sobre as formas de funcionamento das TVLs Estaduais, além de responder quem é o(a) jornalista que trabalha nestes espaços.

De modo geral, o que se extrai desses dados é que as TVLs Estaduais, emissoras do campo público da comunicação, reproduzem as desigualdades e dificuldades do mercado de trabalho jornalístico. Nota-se considerável correspondência sociodemográfica com o Perfil do Jornalista Brasileiro (Mick; Lima, 2013; Lima *et al.*, 2022), como a predominância numérica de mulheres, a faixa etária, além das dinâmicas de ocupação de cargos de chefia. É possível afirmar que o ingresso de jornalistas no serviço público, especificamente no Poder Legislativo, também passou pelos processos de feminilização e feminização: respectivamente o aumento de mulheres no segmento e precarização das condições de trabalho – fenômenos bem estabelecidos nas transformações do campo jornalístico brasileiro

Isso significa que as mulheres jornalistas são mais numerosas nesses espaços que homens jornalistas, mas ocupam menos posições de liderança. Esse desequilíbrio é parcialmente superado pelas jornalistas concursadas, ao menos em termos de remuneração, principalmente quando falamos das jornalistas negras. A mediana das faixas salariais das mulheres é maior que a dos homens, mas o topo das remunerações é majoritariamente masculino, especialmente dos brancos. Enquanto homens negros predominam nos cargos comissionados, as mulheres negras são maioria nos cargos terceirizados, que são igualmente ou até mais instáveis e precários. Essa categoria funcional também detém uma das menores faixas salariais, o que evidencia a ocorrência do triplo teto de vidro.

Constatamos que o concurso público é a variável mais decisiva para que mulheres acessem faixas salariais maiores e, portanto, reduzam o teto de vidro. Mesmo o capital educacional maior das mulheres não é suficiente para que elas tenham melhores remunerações. Já os homens jornalistas, ainda que proporcionalmente tenham menor escolaridade, conseguem acessar com mais facilidade as faixas salariais maiores mesmo ocupando outras categorias funcionais, como cargos em comissão e terceirizados. Isso vale até mesmo para os homens negros, embora eles também sejam penalizados em termos de remuneração e posições de poder em relação aos homens brancos.

Por outro lado, essa redução do teto de vidro que acomete as mulheres é apenas parcial, pois não elimina todas as barreiras verticais que as acometem. Elas continuam alijadas dos postos de chefia e liderança em relação aos colegas homens. Por essa razão, entendemos que as mulheres jornalistas seguem sub-representadas nas TVLs Estaduais. Ressaltamos, contudo, que o tamanho reduzido da amostra impõe uma cautela interpretativa, então recomendamos que os resultados sejam compreendidos como indícios de desigualdades de gênero, classe e raça, e não como evidência conclusiva de uma desigualdade sistemática e estrutural. Por isso, como perspectiva para futuros desenvolvimentos deste estudo, entendemos que a continuidade exige a ampliação da amostra a fim de torná-la representativa em termos probabilísticos.

Embora o *survey* tenha se mostrado um instrumento de pesquisa adequado às finalidades propostas, a ele devem ser adicionadas, em possíveis etapas posteriores, mais perguntas que ampliem a coleta de dados sobre carreira e trabalho, como indicadores de saúde, jornada de trabalho, número de profissionais que têm filhos, ocorrência de conflitos e enfrentamento de situações de assédio. As entrevistas estruturadas, direcionadas aos(as) ocupantes do posto de maior hierarquia nas TVLs Estaduais, também seriam beneficiadas com a inclusão de perguntas sobre renda, grau de escolaridade e perfil étnico-racial.

Por fim, consideramos importante destacar o fato de que a desigualdade de gênero na ocupação dos cargos de chefia não seja percebida tão nitidamente pelos(as) respondentes – o que revela uma certa e indevida naturalização do jornalismo como uma profissão que possui homens na maior hierarquia de salários e status em contradição com o fato de que, quantitativamente, o segmento tenha, na altura do presente artigo na segunda década do Século XXI, maior quantitativo de mulheres.

Referências

- BARROS, A.T.; BERNARDES, Cristiane Brum.; RODRIGUES, Malena. O discurso fundador das mídias legislativas da Câmara dos Deputados. **E-legis**, v. 7, n. 14, p. 7-25, 2014.
- BERNARDES, Cristiane Brum. A configuração da identidade profissional dos jornalistas da Câmara dos Deputados. In **Jornalismo e Poder Legislativo: relações entre mídia e política no Brasil**. Z.L. ADGHIRNI (org). 1a ed. Curitiba: Appris, 2015.
- BERHEIDE, C.W. The Stick floor. In V. Smith (Ed). **The Sociology of Work. An Encyclopedia**, pp. 825-827, Sage Editors, 2013.
- BRASIL. **Lei Nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995**. Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências. Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 06 de janeiro de 1995. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 03 maio
- CARVALHO, Ginny Carla. **Plenários ao vivo nos parlamentos americanos: transparência, publicidade e estímulo à accountability**. Dissertação (Mestrado em Poder Legislativo) – Centro de Formação da Câmara dos Deputados, Brasília, 2020. Acesso em: 26 dez. 2023.
- CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago: Legal Forum, 1989. Disponível em <https://philpapers.org/archive/CREDTI.pdf>
- CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 10, n. 1, 2002.
- COCKBURN Cynthia. Strategies for gender democracy: Strengthening the representation of trade union women in the European social dialogue. **European Journal of Women's Studies** 3(1): 7–26, 1996. Disponível em <https://philpapers.org/go.pl?id=COCSFG&proxyId=&u=https%3A%2F%2Fdx.doi.org%2F10.1177%2F135050689600300102>
- COTTER, David., HERMSEN, Joan., OVADIA, Seth; VANNEMAN, Reeve. The Glass Ceiling Effect. **Social Forces**, volume 80, número 2, pp. 655–682, 2001.
- DANCOSKY, Andressa Kikuti; MICK, Jacques.; ROCHA, Paula Melani. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 30(2): e75032. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/75032/51528>. Acesso em: 29 dez. 2023.
- GOLEMBIEWSKI, C.; FLORES, M. da R. 25 ANOS DE TV LEGISLATIVA NO BRASIL: IMPRECISÃO NAS LEIS IMPACTA O DESENVOLVIMENTO. **E-Legis**, DF, Brasil, v. 14, n. 36, p. 73–94, 2021. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/690>. Acesso em: 15 maio. 2023.
- GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. **Edição da União dos Estudos Pan-Africanistas**, UCPA. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: características gerais dos domicílios e dos moradores. 2020.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda**. 2023. Disponível em <https://encurtador.com.br/ZTYm>. Acesso em: 05 mar. 2026.

KIKUTI, Andressa.; ROCHA, Paula Melani. Mercado de trabalho e trajetória profissional de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil. **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO**, v. 16, p. 1-14, 2018. Acesso em: 04 jan.2024.

KIKUTI DANCOSKY, Andressa. OBSERVING “JOURNALISM IN CRISIS” THROUGH A FEMINIST LENS. **Brazilian journalism research**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. e1785, 2025. DOI: 10.25200/BJR.v21n3.2025.1785. Disponível em: <https://bjr.emnuvens.com.br/bjr/article/view/1785>. Acesso em: 5 mar. 2026.

KIRTON, Gill. Unions and equality: 50 years on from the fight for fair pay at Dagenham. **Employee Relations** 41(2): 344–356, 2018.

KOSHIYAMA, Alice Mitika; REIMBERG, Cristiane Oliveira. Sentido do trabalho, sofrimento e prazer para as trabalhadoras jornalistas. p. 19-34. In: AGUIAR, L; SILVA, M.P; MARTINEZ, M. (org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo, SP: Life Editora, 2018. 434p.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid, BANDEIRA, Lourdes M.; ALMEIDA, Tânia Mara. A categoria gênero nas ciências sociais e sua interdisciplinaridade. **Revista do Ceam**, v. 3. n.1, jan./jun. , pp. 63-81, 2015.

LELO, Thales Vilela. O sofrimento ético no mundo do trabalho dos jornalistas. **E-Compós**, [S. l.], v. 23, 2019. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1843>. Acesso em: 29 dez. 2023.

LIMA, Samuel, NICOLETTI, Janara; MICK, Jacques (Coords.). **Perfil do Jornalista Brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Quorum Comunicações, 2022.

ROCHA, Paula Melani. **A mulher jornalista no estado de São Paulo**: o processo de profissionalização e feminização da carreira. 2004. 241 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

PURCELL, D.; MacARTHUR, K. R.; SAMBLANET, S. Gender and the glass Glasse Ceiling at work. **Sociology Compass**, 4/9, pp 705-717, 2020.

MARTINEZ, Mônica e LAGO, Claudia e LAGO, Mara Coelho de Souza. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Revista FAMECOS**, v. 23, n. 2, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2016.2.22464>. Acesso em: 29 dez. 2023.

MARTINEZ, Mônica e LAGO, Claudia e HEIDEMANN, Vanessa. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: a relação tênue continua. **Revista FAMECOS**, v. 29, n. ja/dez. 2022, p. e41919, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2022.1.41919>.

MELO, Paulo Victor. **Estado e Comunicação**: Uma análise das TVs Legislativas estaduais no Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

MICK, Jacques.; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro** - características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis (SC): Insular, 2013. Acesso em: 05 jul.2023.

MICK, Jacques. *et al.* **Perfil do jornalista brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Samuel Pantoja LIMA (Coord. Geral); Jacques Mick [et al.]. 1. ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022. Acesso em: 05 jul.2023.

MIXON JR., FRANKLIN G.; GIBSON, M. T; UPADHYAYA, K. P.. Has legislative television

changed legislator behavior?: C-SPAN2 and the frequency of Senate filibustering. **Public Choice**, Netherlands, v. 1 15, p. 139–162, 2003.

MOURA, Dione Oliveira; ROCHA, Paula Melani.; DAMIAN-GALLIARD, Béatrice.; LE CAM, Florence. Gender Intersectionality and horizontal and vertical concentration of women journalists in Brazil, France and Belgic Francophone's journalism. An introduction to the question. **1st Brazil-France Francophone Belgium Journalism Research**, 2018. Acesso em: 02 jan. 2024.

MOURA, Dione Oliveira; Costa, H. M. R. Mulheres jornalistas e o 'teto de vidro raça/gênero/classe' a tensionar a carreira das jornalistas negras brasileiras. In: AGUIAR, L; SILVA, M.P; MARTINEZ, M. (Org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. 1ed. São Paulo: Life Editora, 2018, p. 193-207.

MOURA, Dione Oliveira. As mulheres jornalistas negras e a identificação do teto de vidro gênero/raça/classe no processo de feminização do jornalismo no Brasil. In: **Ser Negra: VII Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça do IFB**, Brasília, 2018.

MOURA, Dione Oliveira. Excluídas dentre as excluídas: as jornalistas negras perante o teto de vidro gênero/raça/classe no processo de feminização do jornalismo no Brasil. In: BELISÁRIO, Kátia; MOURA, D.O.; GUAZINA, Liziane Soares. (Org.). **Gênero em pauta: Desconstruindo violências, construindo novos caminhos**. 1ed.Curitiba: Appris Editora, 2019, p. 139-151.

OLIVEIRA, Vanessa Rosana Soares. Construindo pontes: representatividade e atuação profissional de jornalistas negras no Instagram. **Revista Temática**. Ano XX, N. 1, janeiro, 2024. Disponível em <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8931.2024v20n1.69131>

PEREIRA, Ana Rachel Gonçalves. **Qualidade em jornalismo: avaliação dos instrumentos de transparência e media accountability na gestão editorial das TVs legislativas do Brasil**. 2022. 234 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2022. Acesso em: 15 maio 2023.

PONTES, F. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós*, Brasília, v.20, n.1, jan./abr. 2017. Disponível em <https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/1310/925>. Acesso em: 04 jan.2024.

RENAULT, Letícia. **Comunicação e Política nos canais de televisão do Poder Legislativo no Brasil**. Belo Horizonte: ALMG, 2004.

ROCHA Paula Melani. A feminização no jornalismo e as transformações no mercado de trabalho: a inclusão de gênero, raça e direitos humanos. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 12**, Florianópolis, 2021, ISSN 2179-510X. Disponível em https://www.en.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fq2020/1611445987_ARQUIVO_51198af4c99d263dc42a722ec3c17ee9.pdf. Acesso em: 29 dez. 2023.

SOUZA, Fernando Moreira. **COMUNICAÇÃO PÚBLICA: a TV Legislativa local-regional como canal de informação de interesse público**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021. Disponível em <https://ri.ufs.br/handle/riufs/14691>. Acesso em: 03 jan.2024.

TELES, Ana Maria; MOURA, Dione Oliveira. Disparidades entre jornalistas negras e brancas que atuam nos setores de comunicação dos Institutos Federais: a presença do triplo telhado de vidro raça/gênero/classe. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, v. 11, n. 1, p. 212–227, 2024. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/22785>. Acesso em: 28 nov. 2024.

VEIGA, Márcia. **Masculino, o gênero do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2014.

VIEIRA, A.C.. TVs legislativas no Brasil: histórico, regulação e perspectivas. Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Belém, **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2019. Acesso em: 02 jan.2024.

WOITOWICZ, Karina Janz; ROCHA, Paula Melani. Repensar os parâmetros hegemônicos no jornalismo: a perspectiva de gênero na produção jornalística e na formação profissional, pp. 53-68. In: AGUIAR, L.; SILVA, M.P.; MARTINEZ, M (orgs.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo: Life Editora, 2018.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 271–292, 2012. DOI: 10.22422/2238-1856.2011v11n22p271-292. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368>. Acesso em: 05 jul. 2023.

DADOS DE PUBLICAÇÃO

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: B. C. Mastrella, D. O. Moura

Coleta de dados: B. C. Mastrella

Análise de dados: B. C. Mastrella, D. O. Moura

Discussão dos resultados: B. C. Mastrella, D. O. Moura

Revisão e aprovação: L.S. Guazina, D. O. Moura

ORIGEM DA PESQUISA

Artigo gerado a partir de dados coletados para a tese Parlamentos subnacionais em tempos de extrema direita: um estudo sobre as TVs Legislativas Estaduais, de autoria de Bruna Cunha Mastrella, defendida no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília em fevereiro de 2026. Publicação ainda não disponível em repositório institucional.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

As autoras utilizaram o ChatGPT (GPT-Plus) para a elaboração de um gráfico a partir de dados gerados por questionário e para a revisão gramatical dos textos em inglês e espanhol. Todo o conteúdo argumentativo foi desenvolvido integralmente pelas autoras.

FINANCIAMENTO

Não se aplica

CONFLITO DE INTERESSES

As pessoas autoras declaram não haver interesses conflitantes.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA E OUTROS MATERIAIS

Os dados não podem ser compartilhados publicamente. O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não pode ser disponibilizado ao público. O questionário que gerou os dados desta pesquisa foi respondido por participantes com a condição de anonimato. Além disso, este instrumento coletou dados sensíveis dos(as) respondentes.

LICENÇA DE USO

As autorias cedem à revista Estudos em Jornalismo e Mídia os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença [Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. As autorias têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em *site* pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade das pessoas autoras, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Daiane Bertasso Ribeiro
Flávia Garcia Guidotti
Rogério Chistofolletti

HISTÓRICO

Recebido em: 08-01-2024
Aprovado em: 24-02-2026
Publicado em: 22-06-2026